

A natureza brasílica nas farmacopeias do Frei João de Jesus Maria

The brazilian nature in Friar João de Jesus Maria

Wellington Filho

Aluno de doutoramento no Centro Interuniversitário de História e Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências
Bolseiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
wbsilvafilho@gmail.com

Resumo

Ao longo do século XVIII a literatura farmacêutica inicia um novo capítulo na história da farmácia e, em um sentido abrangente, da própria história médica portuguesa. A incessante impressão de farmacopeias, que culminaria na publicação da primeira farmacopeia oficial do Reino de Portugal em 1796, evidencia o esforço dos médicos e boticários – e posteriormente do Estado – para a regulamentação, modernização e adequação da disciplina aos métodos científicos que estavam em decurso no período. Entre os autores do período, destaca-se o monge-boticário e administrador da botica do Mosteiro de Santo Tirso, Frei João de Jesus Maria (1716-1795), autor da *Pharmacopea Dogmatica Medicochimica, e Teórico-prática* e *Historia Pharmaceutica das Plantas Exóticas*. Influenciado pela classificação lineana e pelos ideais de ilustração de Domenico Vandelli, as obras do Frei Jesus Maria são marcadas por um particular interesse na flora colonial, especialmente do Brasil. Para Jesus Maria, um maior conhecimento e uso racional da flora colonial com propriedades medicinais, além do desenvolvimento das práticas terapêuticas, proporcionariam o acréscimo de novas e lucrativas fontes comerciais. Dessa forma, suas obras inventariam diversas plantas originárias do Brasil, onde as práticas marcadamente populares que norteavam seus usos foram articulados aos conhecimentos científicos europeus do período.

Palavras Chave:

Farmacopeias, história da farmácia portuguesa, botânica, história da medicina.

Abstract

The pharmaceutical literature through the eighteenth century begins a new chapter in the history of pharmacy and in a broader sense also on the Portuguese Medical History. The continuous printing of pharmacy books along XVIII century, which culminated in the first official Portuguese pharmacopoeia in 1796, highlight the efforts of physicians and apothecaries – further by the Crown - to regulate, modernize and adapt the discipline to the scientific methods that were in progress during the period. Among the authors, is noteworthy the monk-pharmacist of the Santo Tirso Monastery, Friar de Jesus Maria (1716-1795) author of *Pharmacopea Dogmatica Medicochimica, e Teórico-prática* and *Historia Pharmaceutica das Plantas*. Influenced by the Linnaean classification and the ideals of Domenico Vandelli, the pharmacopeias of Friar Jesus Maria are marked by a particular interest to colonial flora, particularly from Brazil. In this context, the author argued that the knowledge and rational use of these would provide the development of therapeutic practices and profitable commercial sources. Thus, his work lists several plants from Brazil, where its markedly popular practices and uses were articulated to European scientific knowledge of this period.

Key Words:

Pharmacopoeias, history of portuguese pharmacy, botany, history of medicine.

Introdução

A primeira farmacopeia oficial de Portugal foi publicada em 1794, autoria do médico Francisco Tavares (1750-1812), lente da Universidade de Coimbra e, posteriormente, médico pessoal da rainha D. Maria I. Sob o título de *Pharmacopeia Geral para o reino, e domínios de Portugal*, a sua publicação atendia uma resolução presente nos *Estatutos Pombalinos (1772)*, além de uma necessidade de basilar e normatizar o campo farmacêutico dos fins do Século XVIII [1]. Todavia, até à impressão da *Pharmacopeia Geral*, foram impressas em Portugal uma série de outras farmacopeias. Assinadas por autores com diferentes trajetórias socioprofissionais, que muitas vezes possuíam pensamentos médicos-farmacêuticos antagônicos, tais publicações traduzem a heterogeneidade paradigmática da farmácia portuguesa do período.

A primeira farmacopeia impressa no país foi a *Pharmacopea Lusitana*, redigida pelo monge agostiniano D. Caetano de Santo António, em 1704 na cidade de Coimbra, onde seu autor residia e ocupava o cargo de boticário no Mosteiro de Santa Cruz. Alguns anos mais tarde, D. Caetano transfere-se para Lisboa, para o Mosteiro de São Vicente de Fora, onde publica outras duas edições reformuladas da sua farmacopeia, respetivamente nos anos de 1711 e 1725, sendo uma versão póstuma foi ainda publicada no ano de 1754.

É significativo assinalar que a primeira farmacopeia, ainda que não impressa oficialmente pela Coroa, é de autoria de um boticário monástico. Sua importância reside no caráter hegemônico que a farmácia conventual historicamente detinha. Herdeira de uma tradição que tanto legitimava como impelia as práticas médico-farmacêuticas como extensão do trabalho eclesástico, as boticas conventuais portuguesas desempenharam um papel considerável na evolução do campo farmacêutico nacional [2]. Pedro Sousa Dias assume que a riqueza e influência exercida no panorama farmacêutico português caracterizou a botica conventual até o século XVIII. A trajetória proeminente desta botica ao longo da História, por si só, justifica-a como objeto de estudo; todavia, o contraste da sua opulência à fragilidade da farmácia laica portuguesa, à época, fomenta ainda mais a sua singularidade [3].

Muitos mosteiros possuíam dentro de seus muros jardins e boticas dedicadas ao atendimento tanto das suas necessidades internas, ao abastecimento dos mosteiros que não possuíam boticas, e ainda, ao serviço à população que os circundavam. Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Dominicanos e Jesuítas foram Ordens cuja atividade boticária conheceu maior projeção, sendo os Carmelitas, Beneditinos e Oratorianos também reconhecidos nesse campo [3]. Sob a bandeira de tais instituições, as atividades desempenhadas pelos monges boticários tornaram o seu legado indissociável da própria história da farmácia portuguesa. Como exemplo, basta lembrar que a primeira botica do país foi erguida no Mosteiro de Alcobaça, e a primeira farmacopeia portuguesa foi publicada pelo monge boticário crúzio em 1704.

Não obstante as numerosas publicações deste tipo no decurso do século XVIII, e apesar da posição precursora de um clérigo na publicação das farmacopeias portuguesas, apenas mais um representante da farmácia conventual assinou outra farmacopeia durante o período. Uma das últimas publicadas antes da farmacopeia oficial de Francisco Tavares, a *Pharmacopea Dogmatica Medico-Chimica, e Theorico Practica* de autoria do frei João de Jesus Maria (1716-1795) representa uma das últimas reminiscências da tradição farmacêutica conventual frente à ascensão da farmácia laica como categoria profissional hegemônica do ofício boticário. Dada sua importância no contexto histórico farmacêutico português, o presente texto tem como objetivo apresentar a trajetória profissional do monge boticário João de Jesus Maria, assim como a importância relegada em suas obras para com as plantas de uso terapêutico naturais da colônia brasileira.

O frei e a Farmácia

Natural de Braga, frei Jesus Maria estudou Farmácia na Universidade de Coimbra, tendo sido aprovado no exame condicional para a prática do ofício no ano de 1741. Três anos depois, professa no Mosteiro de S. Miguel de Refojos os seus votos monásticos, ingressando assim na Ordem de São Bento. Por mais de 40 anos esteve à frente da botica existente no Mosteiro de Santo Tirso de Riba Ave, local onde desenvolveu a maior parte da sua trajetória profissional. Falece em 1795 no Mosteiro de Santo André de Rendufe [4].

Impressa em 1772 na cidade do Porto, a *Pharmacopea Dogmatica* traduz o esforço do autor em conceitualizar o ofício boticário nas suas bases teóricas e práticas. Dividido em dois tomos, o primeiro é dedicado a listar os principais achaques e as composições farmacêuticas mais indicadas para seu tratamento; o segundo concentra-se na descrição dos animais, minerais e vegetais indicados para o uso boticário. Em suas páginas observa-se a convergência da botica química, que gradativamente se consolidava em Portugal, com o galenismo, paradigma médico-farmacêutico ainda presente nas práticas boticárias lusas. Nos compostos oficinais descritos pelo frei João de Jesus Maria estão vários elementos tradicionais da medicina hipocrática galénica, como ácidos vinosos, óleos diversos, clisteres e unguentos, assim como a existência de sais enquanto compostos para o fabrico de mezinhas. O frei também é autor da *Historia Pharmaceutica das Plantas Exóticas, seus produtos, Naturalidades e Virtudes para Facilitar os Conhecimentos dos Vegetais e Servir de Adição à Pharmacopea Dogmatica*, datado em 1777. Apesar de possuir todas as licenças do Tribunal do Santo Ofício, o texto nunca chegou a ser publicado, podendo ser hoje encontrado no Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, sediado em Coimbra [5].

No prólogo da *Pharmacopea Dogmatica*, o monge boticário transmite uma preocupação que apresentar-se-ia especial-

mente ressaltada na obra seguinte, constituindo o objeto principal desta. Para ele, era manifesta a condição de subaproveitamento das potencialidades naturais de caráter terapêutico originárias da colônia brasileira. Escreveu o frei Jesus Maria ao final do prólogo que

(...) não deixando de lamentar, segundo as noticias, que ha de Pessoas, que viverão nas Americas, a falta, que temos de pôr na Praxe Medica a muitos vegetaes de conhecida effica-cia, para varias queixas, que, dizem, tem descoberto com largas experiencias a rustica agilidade racional dos Caboucos daquelles Estado; que, a ser certo, poderia haver com utilidade da saude, e crescido lucro, augmento no comercio, igual ao que se vê nos generos, vindos de fora do Reyno [6]¹.

Frei Jesus Maria não foi o único a correlacionar que uma melhor exploração das riquezas naturais da colônia se poderiam refletir no incremento do comércio, do lucro e desenvolvimento da medicina. Na verdade, a ação individual de desenvolver o conhecimento natural da Colônia acompanhavam uma ação manifesta do Estado português em racionalizar a exploração dos territórios ultramarinos [7]. Um exemplo disso pode ser encontrado no excerto retirado da carta de António Nunes Ribeiro Sanches (1689-1783) endereçada ao médico português, então radicado no Rio de Janeiro, Manoel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829):

Os castelhanos que não têm os olhos mais perspicazes que nós souberam fazer dos produtos da História natural da sua América negócio de muito rendimento para eles e de muita utilidade para a Europa. Tiveram a habilidade de fazer entrar no comércio a cochonilha, a quina, a jalapa, a contra-erva, os bálsamos, a cevadilha, (...). Nós tão desasados desde duzentos anos não tivemos habilidade de fazer entrar no comércio a raiz de mil homens, a casca barbatimão, a almeçaga e outras mil raízes, frutos e cascas que podem servir na medicina e nas artes tintas. E admiro-me como o óleo de copaíba e a ipecacuanha chegaram a ser conhecidas (...) [8].

Como expressaram os dois autores supracitados, uma flora rica em potencialidades terapêuticas - assim como em potencialidades comerciais - muitas vezes reconhecida pelos seus atributos terapêuticos e largamente utilizada na colônia, permanecia em Portugal ainda passível de ser desvendada.

Flogisto, Linnaeus e plantas do Brasil

Ao longo do manuscrito *Historia Pharmaceutica das Plantas Exóticas*, o frei Jesus Maria discorre longamente por quase 800 espécies diferentes de plantas com potencial terapêutico. Como é patente em seu título, o objetivo da obra era apresentar uma história natural², usos e características das

principais plantas utilizadas na farmácia e que não cresciam originalmente em Portugal. O livro é dividido em dez capítulos, onde o frei boticário ordena as plantas de modo a agrupar em cada capítulo a estrutura morfológica melhor adequada para o uso medicinal, com exceção do capítulo décimo, dedicado exclusivamente aos fungos. Entre as centenas de plantas, é marcante a existência das espécies naturais do Brasil entre elas. A exemplo dessas, encontra-se em destaque o caju (*Anacardium occidentale*). Planta originária do nordeste brasileiro, sua dispersão pelo globo possui ligação direta com a *Carreia das Índias*, visto que a planta foi levada do Brasil a Cabo Verde, e posteriormente a África e Ásia a bordo das Naus que fazia o traslado de especiarias orientais para Europa [9].

Dentre as diversas espécies descritas por Jesus Maria, o *Anacardium occidentale quorundam, Caju et Acajou* é definido pelo autor como o natural do Brasil. Referente ao seu uso medicinal, qual está circunscrito a sua noz, o frei escreveu que é “(...) tão urente, que untando ainda as de leve a cútis com ella, a corroe, e queima, e se por descuido se avinca nos dentes, ulcera os labios, lingua, e mais partes da bocca com dor summa (...)” [6]. Por sua característica de urticar ao mais leve contato à cútis, Jesus Maria recomenda cautela em seu uso; porém é justamente a característica urticante que caracteriza seu caráter terapêutico. Mais a frente em seu texto, escreveu o autor que:

(...) separão por expressão os habitantes hum óleo, que alem de impedir a corrupção da madeira, tambem deles se aproveitão na pintura; as melhores do paiz se valem do succo acre desras nozes para maltarem os bichos, e tirarem as manchas do rosto, pos corroendo-lhe a pelle, o deixa em carne viva, vindo-lhe depois outra de novo, mais se o fazem andando com seu mez, lhe sobrem erysipelas, e entre o uso medico serve de cauterio; havendo pessoa de todo credito, que me seguro fazia expellir as secundinas, e feito morto huâ inteira noz destas atada com linha, e intrusa no orificio da vagina do utelo por alguâs horas, e por fim dellas se tira [6].

Como assinalado no excerto acima, os usos relativos as plantas originárias do Brasil possuíam um forte caráter popular no que tange a administração de suas propriedades terapêuticas. Saberes tradicionais das populações nativas, assim como dos habitantes da colônia, foram assimiladas na obra de Jesus Maria como forma correta de administrar a prática terapêutica relativa a tais plantas. Porém, essa assimilação não se deu de maneira passiva, mas antes, traduzida de maneira a ser coesa com os paradigmas médico-farmacêuticos defendidos

1 - Optou-se por manter a transcrição original dos textos publicados pelo frei João de Jesus Maria, sem a sua adequação a normal contemporânea da língua portuguesa.

2 - A história natural era a disciplina relativa ao estudo de uma série de conhecimentos relativos às espécies naturais. Tais conhecimentos hoje se dividem em diferentes áreas autônomas, como a biologia, botânica, bioquímica e biogeografia.

pelo autor. Como defende Kapil Raj, a circulação do conhecimento pelas redes de informação permite-nos perceber como a ciência foi coproduzida pelo encontro e interação de comunidades heterogêneas e de especialistas de diversas origens [10]. Assim, a obra do frei boticário possui um caráter sincrético singular, onde os usos medicinais tradicionais do Brasil existem em correspondência com as bases científicas da segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, destaca-se a defesa de um entendimento flogista das propriedades químicas das plantas abordadas em *Historia Pharmaceutica das Plantas Exóticas*.

Anteriormente a emergência de Antoine Lavoisier (1743-1794) e seus estudos sobre a natureza do oxigênio - que acabaram por modificar toda a química moderna - a teoria do flogisto era o paradigma hegemônico até então [11]. Desenvolvida por Georg Ernst Stahl (1659-1734) a partir dos estudos de seu mentor, Johann Becher (1635-1682), a teoria defendia que os corpos possuíam uma matéria característica, denominado flogisto, qual era liberada através do processo de combustão [12]. Para tal, uma vez expostos as chamas³, os compostos tendiam a perder peso devido a liberação do flogisto, ou mesmo manter-se estáveis em razão da inexistência expressiva desse elemento.

A influência desses dois autores é explícita nas obras do frei João de Jesus Maria. Em *Pharmacopea Dogmatica*, Jesus Maria cita *Opusculum Chymico-physico-medicum* (1715) de Stahl e *Physica subterranea*⁴ (1669) de Becher como obras de referência para todos os desejosos de exercer a profissão boticária.

Enquanto sua obra anterior é norteada pela copilação dos saberes dispostos nas obras de médicos boticários e filósofos naturais de renome, em *Historia Pharmaceutica das Plantas Exóticas* o frei boticário explora de maneira mais acentuada o empirismo e o registro das experiências realizadas com as plantas medicinais brasileiras. A descrição da casca de barbatimão (*Stryphnodendron sp.*) é um exemplo de como o experimento ocupou um espaço relevante em sua segunda obra. Sobre a casca, Jesus Maria afirmou que as mesmas “(...) se separa do tronco de certas arvores, que abundantemente crescem nas Minas Geraes do Ouro Preto, juncto a Villa Rica pelas Azinhagas arrimadas as terras cultivadas (...)” [6]. Uma vez identificada a dispersão geográfica de tal espécie da flora brasileira, o autor passa a discorrer sobre sua capacidade anti hemorrágica. Para tanto, descreve a maneira correta de preparação, que consiste na maceração e diluição da casca em água, seguida de cocção e adição de gotas de espírito de vitriolo⁵.

Ainda sobre a casca de barbatimão, o frei boticário revela suas experiências para compreensão das características químicas que determinavam suas propriedades terapêuticas. Para tanto, e alinhado aos paradigmas que norteavam o conjunto teórico qual possuía, Jesus Maria narra seu

experimento ao lançar ao fogo tal casca. Assim, afirmou o autor que “esta casca não sentilla no fogo, nem nelle recebe chama, não dando minimo indicio de particulas inflamaveis (...)” [6]. A observação proveniente da reação que o barbatimão poderia ter – ou, no caso, não ter – ao ser exposto ao fogo advém de uma compreensão flogista de como a planta constituía-se. Em sua observação, Jesus Maria assinala que a casca oriunda da árvore do cerrado brasileiro não possuía em sua constituição flogisto o suficiente qual pudesse inflamar-se e, dessa forma, perder peso.

Além da influência das ideias de Stahl, outro personagem que aparece com frequência nas obras do frei é o botânico sueco Carl Linnaeus (1707-1778), reconhecido como o criador da nomenclatura binominal em latim⁶ e da taxonomia botânica moderna. Todavia, percebemos uma discrepância quando analisamos o peso de tal influência nas duas obras de Jesus Maria. Relativamente a *Pharmacopea Dogmatica*, o frei boticário cita Linnaeus, ao lado de Stahl e Becher, como uma das referências teóricas que um bom boticário deveria seguir. Mas, apesar de inserida como obra de caráter essencial, o *Systema Naturae*⁷ surpreendentemente aparece nas páginas da farmacopeia como livro importante apenas por tratar de animais e seu sistema de classificação, ignorando nesse momento sua importância na classificação da flora.

A tímida influência do sistema lineano na *Pharmacopea Dogmatica* evidencia-se na classificação apresentada nas entradas relativas às plantas terapêuticas ali compiladas. Característico nas obras do período, antes de abordar as peculiaridades e virtudes terapêuticas de determinada planta, o autor faz uma breve exposição dos nomes atribuídos a ela, os autores de quem tais denominações foram retiradas e, caso conste, as nomenclaturas populares que a planta pode ter em diferentes países. A exemplo do gênero *ricinus*, que se divide em diversas espécies popularmente conhecidas como mamoneiro ou carrapateiro, Jesus Maria identifica entre outras, a espécie *Ricinus maior Americanus*⁸, qual poderia ser encontrada em diversas localidades da América tropical, incluindo a colônia portuguesa no Novo Mundo⁹. Entre as nomenclaturas usadas para sua classificação, não se encontra nenhuma identificação de Linnaeus. Porém, de maneira diversa a sua primeira obra, ao retratar a mesma planta em *Historia Pharmaceutica das Plantas Exóticas*, Jesus Maria assinala que sua classificação foi realizada pelo botânico sueco, assinalada pelo binômio *Jatropha curcas*.

Para além do rícino, o manuscrito de 1777 apresenta numerosa referência a classificação binominal lineana ao longo de suas páginas. O contraste relativo ao peso da influência Linnaeus existente entre as duas obras infere, em primeiro lugar, um desenvolvimento do aporte teórico do frei boticário ao longo do espaço temporal existente entre a produção das duas obras. Ainda que o interva-

lo entre as duas seja de 5 anos, as informações relativas a escrita destas sugere que esse intervalo é ainda maior. Segundo o Catálogo de Escritores Beneditinos da Congregação de Portugal, elaborado pelo Frei Francisco de S. Luís, Cardeal Saraiva, a *Historia Pharmaceutica das Plantas Exóticas* demorou de oito a nove anos a ser elaborado; ou seja, o início de sua produção deu-se quando a *Phamacoepa Dogmatica* ainda nem sequer estava impressa.

Um segundo ponto que justifica uma maior importância de Linnaeus em sua segunda obra, pode ser compreendido pela emergência que as ideias lineanas adquiriram em Portugal através de Domingos Vandelli (1735-1816).

Um dos principais nomes da reforma pombalina, Vandelli também tem seu nome diretamente ligado as expedições filosóficas portuguesas no último quartel do século XVIII, como a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) ao Brasil [13]. Após breve passagem por Lisboa em 1765, o naturalista italiano retorna de maneira definitiva a Portugal no ano de 1768 quando assume o estabelecimento do Jardim Botânico da Ajuda e, poucos anos depois, estar a frente das cadeiras de História Natural e Química na Universidade de Coimbra [14]. Seguidor das ideias de Linnaeus, Vandelli chegou mesmo a corresponder-se com o botânico sueco, além de publicar em 1788 o *Dicionário dos termos técnicos de história natural extraídos das obras de Lineu*, o qual fomentou de maneira direta a classificação lineana entre os naturalistas portugueses.

Nada se encontra nas páginas da *Phamacoepa Dogmatica* sobre Vandelli, o que sugere que a elaboração do texto teve lugar deu-se nos anos anteriores ou imediatos à vinda de Vandelli a Portugal, quando ainda o naturalista italiano não exercia a influência no campo intelectual português a qual seria conquistada ao longo da sua trajetória profissional. Todavia, é marcante a presença de Vandelli no manuscrito de 1777 sobre as plantas exóticas utilizadas na botica portuguesa. Ao destacar como o período em que estava inserido era especialmente profícuo para o estudo da botânica, devido aos investimentos que os reis, príncipes e outros membros da nobreza realizavam para a construção de Hortos e Jardins Botânicos pela Europa. No caso português, o clérigo escreveu que: (...) neste Reyno causa admiração o Regio, e Magnifico Jardim de Ajuda; animado de um grande numero de Plantas exóticas, devidas à directiva, e vigilante instrução do Douto Professor da Historia Natural o Cl. Domingos Vandelli [6]. Pouco mais a frente, o frei Jesus Maria ao explicar sobre a botânica e suas características investigativas, escreveu que esse campo de estudo é "(...) assaz digno de se ocuparem os homens, principalmente esses applicados a Botanica todos os diferentes objectos da Agricultura, como de continuo estão fazendo alguns respeitaveis sabios, entre os quaes se distingue o Cl. Vandelli, e outros curiosos Doutos deste seculo (...)" [6].

Conclusão

Para além de uma suposta homogeneidade que caracteriza seu desenvolvimento, a ciência foi moldada regionalmente por características históricas e geográficas próprias de onde foi praticada [15]. Logo, a obra do frei João de Jesus Maria está profundamente radicada no lugar social onde foi produzida, sendo resultante das redes de interação social e científica em que o autor é tanto vetor como recetor. O amplo número de plantas nativas do Brasil presentes nas suas duas obras reflete, em primeiro lugar, a influência das plantas e práticas de suas possessões ultramarinas no campo boticário português. Em segundo, tal condição legitima-se na preocupação do autor, além de outros intelectuais do período, em melhor utilizar as riquezas naturais coloniais [16].

Nas páginas da *Phamacoepa Dogmatica*, mas especialmente em *Historia Pharmaceutica das Plantas Exóticas*, é marcante a preocupação do autor em conciliar os conhecimentos populares, que caracterizavam historicamente o uso de tais plantas, com o cânone do conhecimento médico-farmacêutico próprio de seu período. Nesse sentido, aparecem de maneira complementar tanto os usos marcadamente populares das plantas brasileiras relacionado a compreensão flogista de tais espécies.

3 - Uma das grandes entress da teoria do flogisto era a discrepância evidenciada entre a combustão dos elementos orgânicos e os elementos metálicos. Enquanto os primeiros tendiam a perder peso, o mesmo não ocorria com os metais, que em muitos casos ganhavam peso. Tal contradição recebeu uma resposta verossímil com as observações empíricas de Joseph Priestley (1733-1804) e Lavoisier, quais iriam identificar o oxigênio e suas particularidades. Para mais sobre, ver *Science in the Enlightenment: An Encyclopedia* de William E Burns.

4 - A obra citada por Jesus Maria é a edição impressa em Leipzig no ano de 1735.

5 - Nome dado no período ao ácido sulfúrico.

6 - É importante notar que a classificação binominal em língua latina para a identificação boticária foi defendida mais de um século antes por Gaspard Bauhin (1560-1624), todavia foi Linnaeus quem consolidou tal prática dentro do campo científico como cânone para a taxonomia natural. Logo, mesmo não sendo o primeiro a defender tal ideia, o botânico sueco permanece como o criador do binômio latim para classificação do mundo natural.

7 - A primeira versão é de 1735, mas a versão citada por Jesus Maria é a de 1746.

8 - A exemplo do *Ricinus communis*, a denominação utilizada pelo autor raramente corresponde que a nomenclatura e/ou classificação taxonômica que a mesma planta possui atualmente. Todavia, ao longo do texto mantem-se o nome e classificação originalmente atribuídas pelo frei boticário.

9 - Apesar de originária da África, o ricino dispersou em profusão pelas zonas tropicais do globo, dividindo-se em centenas de diferentes espécies. Ainda que não discuta em seu texto a localização geográfica original da planta, Jesus Maria aborda uma espécie identificada como própria da América, qual diferia-se das outras espécies por seu porte mais robusto e propriedade terapêutica mais agressiva.

Bibliografia

1. Conceição J, Pita JR, Estanqueiro M, Lobo (2014) As farmacopeias portuguesas e a saúde pública. *Act Farm. Port* 3: 47-65.
2. Correia da Silva AC (1972). Inventário de uma Botica Conventual do Século XVIII An. *Fac. Farm.* 32: 117-149.
3. Sousa Dias JP (2007) Droguitas, Boticários e Segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal.
4. Correia da Silva AC (1979). Frei João de Jesus Maria e a farmacopeia dogmática. *Sep. Act Col de Hist Loc e Reg*: 297-305.
5. Centro de Documentação Farmacêutica (2015). Manuscrito intitulado 'Historia pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de addição à pharmacoepa dogmática'. Consultado em 5 de Novembro. In: <http://www.cdf.pt/archevo/details?id=1002500>.
6. Maria JJ (1777). Historia Pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de addição à pharmacoepa dogmática. Manuscrito existente no Centro de Documentação Farmacêutica, Coimbra, Portugal.
7. Kury LB (2004) Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *Hist Cienc Saúde-Mang* 11 (supl. 1): 109-129.
8. Academia de Ciências de Lisboa. Século XVIII. História do descobrimento da cochonilha no Brasil, da sua natureza, geração, criação, colheitas e utilidades. *Manuscrito Azul*, n. 374. Memória n. 30.
9. Ferrão JM (1992). A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses. Instituto de Investigação Científica Tropical, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Fundação Bernardo, Lisboa, Portugal.
10. Raj K (2013). Beyond Postcolonialism ...and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis* 104: 337-347.
11. Brito A de S (2008). "Flogisto", "Calórico" & "Éter". *Ciê n & Tec dos Mat* 20: 51-63.
12. Burns WE (2003). Science in the Enlightenment: An Encyclopedia. ABC-CLIO's, Santa Barbara, USA.
13. Pataca EM (2006). Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Brasil.
14. Carvalho R (1987). A História Natural em Portugal no Século XVIII. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação, Lisboa, Portugal.
15. Livingstone DN (2003). Putting science in its place: geographies of scientific knowledge. The University of Chicago Press, Chicago, USA.
16. Raj K (2007). Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900. Palgrave Macmillan, Basingstoke, Inglaterra.